

O PAPEL DAS TECNOLOGIAS NA BNCC E NOS ITINERÁRIOS FORMATIVOS

THE ROLE OF TECHNOLOGIES AT BNCC AND TRAINING ITINERARIES.

SOUZA, Dayse Pereira Barbosa; LEMGRUBER, Márcio Silveira.

Grupo Temático 3

Subgrupo 3.1

Resumo:

No final de 2018, iniciou-se, com a promulgação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), uma reorganização curricular no Brasil que define as “aprendizagens essenciais” que os estudantes devem desenvolver durante as etapas da Educação Básica. Dentre essas aprendizagens, o domínio das linguagens tecnológicas pelos estudantes deve perpassar por todo o ensino médio. É importante compreender que essa reforma curricular significa, de forma ampla, entender os processos de seleção e produção de saberes; de leitura de mundo; de desenvolvimento de habilidades, valores e símbolos; e, de escolarização que estabelece como respondemos ao mundo. Assim, este trabalho pretende, a partir da leitura crítica dos documentos orientadores de implantação da BNCC, com atenção especial para a etapa de ensino médio, identificar o papel das tecnologias nesse novo direcionamento a partir da compreensão dos sentidos em que é empregado o termo tecnologia. Estruturou-se o trabalho em quatro etapas: identificação dos objetivos e das principais orientações trazidas pela BNCC; abordagem da nova organização curricular para o ensino médio (a formação geral e os itinerários formativos); entendimento da implantação dos itinerários formativos; análise do Centro Nacional de Mídias da Educação (CNME). Em vários trechos dos documentos oficiais lidos, destacaram-se valores e desejos de determinados grupos de interesse, que num modelo de inovação, substitui a prática docente rotineira por mediações tecnológicas digitais. Então, numa ação de resistência, o professor deve promover, junto com os estudantes, formas democráticas para uma formação cidadã, com o auxílio dos recursos das tecnologias digitais.

Palavras-chave: BNCC; itinerários formativos; tecnologia

Abstract:

At the end of 2018, with the promulgation of Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a curricular reorganization in Brazil that defines the “essential learning” that students must develop during the stages of Basic Education. Among these learnings, the mastery of technological languages by students must go through the entire high school. It is important to understand what curriculum reform means, in a broad way, to understand the process of selection and production of sabers; of reading the world; development of skills, values and symbols; and, schooling that if establishes as responses to the world. Thus, this work intends, from the critical reading of the documents guiding to a stage of high school, to identify the role of technologies in this new direction from the perception of the senses in which it is used or the term technology. The work was structured in four stages: identification of the objectives and main guidelines brought by BNCC; approach to the new curricular organization for secondary education (general training and training itineraries; understanding of the implementation of training itineraries; analysis by the Centro Nacional de Mídias da Educação (CNME). In several excerpts from the official documents read, the values and desires of certain interest groups were highlighted, which in an innovation model, replaced routine teaching practice with digital technological mediations. Then, in a resistance action, the teacher must promote, together with the

students, democratic forms for a citizen formation, with the help of the resources of digital technologies.

Keywords: BNCC, training itineraries, technology.

1. Introdução

Diante de uma realidade surpreendente, o mundo é tomado com grande rapidez por uma pandemia provocada por um vírus com alta capacidade de contágio e, em alguns casos, letal. Parece um relato descrito em um livro de ficção científica. Mas, é real e descreve nosso momento histórico mundial. Tal episódio exigiu da sociedade um isolamento social, que provocou a aceleração de processos que envolvem a inserção das tecnologias digitais (TD) em diferentes áreas, em especial, na educação. De forma concomitante, esta aceleração também expõem as diferenças de acesso e oportunidades entre os diferentes grupos sociais que compõem as sociedades contemporâneas.

Já vivenciávamos uma compulsividade pela automação, inovação, colaboração, cooperação, motivação, engajamento, interatividade, ensino híbrido, aprendizagem (com suas redes e trilhas), produção e consumo de conteúdos/conhecimentos. Um panorama que deveria provocar questionamentos e reflexões sobre a formação e possíveis realidades das próximas gerações de cidadãos. Em um cenário muitas vezes excludente como esse, a educação tem um papel importante para novos direcionamentos.

No final de 2018, iniciou-se, com a promulgação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), uma reorganização curricular no Brasil que define as “aprendizagens essenciais” que os estudantes devem desenvolver durante as etapas da Educação Básica (BRASIL, 2019a).

A importância deste documento orientador está ligada também a formação de futuros professores, já que a BNCC é referência para as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores de Educação Básica e a Base Nacional Comum para a formação inicial de Professores da Educação Básica (BNC-formação) publicadas em 2019 (BRASIL, 2019a).

No entanto, a grande preocupação e insegurança dos docentes da etapa da Educação Básica, está no “como” levar para a prática da sala de aula este novo formato. As propostas trazidas pelo documento orientador, a BNCC, indicam que o uso das tecnologias digitais nas práticas docentes e para o domínio das linguagens tecnológicas pelos estudantes/aprendizes deve perpassar por todo o ensino médio com a expectativa, não de desenvolver, mas de “permitir” que estes possam, por exemplo, analisar as vantagens do uso da tecnologia; apropriarem-se das linguagens e cultura digital; usar ferramentas de software e aplicativos; usar, propor implementar soluções envolvendo tecnologias (BRASIL, 2019a, p. 474).

Esse movimento sugere uma crença quase ingênua de que estas propostas capacitam o humano para o uso, produção e consumo de conteúdos e não interferem nos critérios de escolha de cada cidadão.

Assim, é importante compreender que a reforma curricular significa entender os processos de seleção e produção de saberes; de leitura de mundo; de desenvolvimento de habilidades, valores e símbolos; e, de escolarização que estabelece como respondemos ao mundo (CHARRET, 2019).

Na BNCC, as dimensões que caracterizam tanto as tecnologias digitais quanto a computação estão relacionadas ao desenvolvimento do pensamento computacional

(desenvolvimento de algoritmos e suas aplicações) a “inclusão” ao mundo digital (*big-data*) e a “construção de uma cultura crítica” segundo a cultura digital. (BRASIL, 2019a).

Assim, está posta a necessidade de reflexões acerca de como os discursos expressos nas políticas públicas educacionais brasileiras e seus princípios orientadores que balizarão a prática docente e, por consequência, na formação dos cidadãos das gerações futuras.

À vista disso, a partir da análise do documento oficial normativo que define a BNCC, que para o ensino médio inclui a etapa de formação geral e os itinerários formativos, e das resoluções que os sustentam, pretendeu-se identificar o papel das tecnologias diante do novo direcionamento da educação brasileira.

A partir do ponto de vista do currículo, Heinsfeld e Silva (2018) analisaram as segunda e a terceira versões da BNCC, disponibilizadas no portal do MEC, onde identificaram dois papéis distintos das tecnologias digitais no contexto discursivo do documento. Na segunda versão do documento, num discurso geral, apresentam-se as tecnologias digitais como recursos tecnológicos de grande potencial de uso em sala de aula e também no desenvolvimento de uma cultura digital através de práticas pedagógicas. Assim, percebe-se um alinhamento da relação entre a tecnologia e a cultura, em que a tecnologia apresenta-se como um artefato sociocultural (HEINSFELD & SILVA, 2018). No entanto, é a ideia das tecnologias digitais como instrumentos, tão arraigada no senso comum, é explicitada com maior intensidade “como meras ferramentas, artefatos técnicos, de facultativa apropriação” (HEINSFELD & SILVA, 2018, p. 686). Na terceira versão, as autoras fazem menção à existência de uma cultura digital, inicialmente associada apenas a forma apropriada de trabalhar informações, ou seja, um aspecto instrumentalizador sem referência a formação crítica ou cidadã do estudante.

Para este trabalho, que possui um caráter qualitativo, realizou-se a leitura crítica de documentos oficiais que atualizam as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM), com relação à implementação da BNCC para este segmento. Procurou-se investigar os pressupostos e implícitos do dito, já que os textos não são transparentes, como bem apresentados por Barreto (2009), quando resume a Análise Crítica do Discurso (ACD) que está “Fundada nas relações entre discurso e mudança social, compreende a tentativa de dar conta da reinscrição dos exemplares de linguagem recortados (textos) no movimento dos sentidos, isto é, no processo histórico-discursivo (p. 22)”.

A proposta desta análise consiste na compreensão dos sentidos captados, considerando expectativas e antecipações. A leitura foi realizada em quatro etapas sequenciais de forma a possibilitar a compressão do que é a BNCC, a organização curricular proposta para o ensino médio, a importância dos itinerários formativos diante dessa reorganização curricular e de uma alternativa para implementação desta política pública.

2. O que é a BNCC?

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada em dezembro de 2018, é um documento que apresenta normas de definição para as “aprendizagens essenciais” que os estudantes devem desenvolver durante todas as etapas da Educação Básica. É dedicado exclusivamente à educação escolar e está em consonância com o que preceitua o Plano Nacional da Educação (PNE) e com que fundamentam as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (BRASIL, 2019a, p. 7).

Diante do contexto mundial, a BNCC tem a influência do Banco Mundial que em 2011, apresentou sua estratégia para o setor de educação a partir da publicação “Aprendizagem para todos – investir nos conhecimentos e competências das pessoas para promover o desenvolvimento”. Tal publicação, conforme aponta Souza (2019), está relacionada à formação para o mercado de trabalho, com pretensões ao desenvolvimento econômico dos países, a favor da competitividade econômica global, com uma visão de formação generalista a partir de “padrões de qualidade” com métricas de desempenho em uma lógica de controle. De forma concomitante as ações por uma formação emancipatória do cidadão diminuem.

Como principal objetivo da BNCC está o desenvolvimento de competências, as quais orientarão os currículos escolares em direção ao que os estudantes “devem saber” e o que “devem saber fazer”. Esta prática discursiva, assim citada, pode delinear outras práticas que constituirão “o que pode ser visto, o que pode ser conhecido, o que pode ser pensado e, finalmente, o que pode ser feito” (BIESTA, 2013, p. 29).

Durante todo o período da Educação Básica, pretende-se desenvolver competências gerais que estejam associadas diretamente as tecnologias como valorizar e utilizar conhecimentos sobre o mundo digital; criar soluções tecnológicas para problemas; utilizar linguagem digital; e, compreender, utilizar e criar TDIC (BRASIL, 2019a, p. 9 -10).

O uso de diferentes linguagens, entre as quais está a digital, está entrelaçada a ideia de que somos constituídos não de uma única forma, mas de muitas. São múltiplas as autonomias a serem alcançadas então, quanto maior a oferta de vivências mais diversificadas serão as formas do estudante de se relacionar com o mundo e com a sociedade (BIESTA, 2013). O ideário de partilha das informações, numa intenção de colaboração e cooperação, a partir da compreensão do uso das tecnologias digitais para conquistas que beneficiem a humanidade, traz moldes de uma visão prometeica em que “aposta-se na realidade da ciência, no progresso do conhecimento e da técnica, que levaria, necessariamente, à melhoria da precária condição humana” (FERRAZ, 2000, p. 123). Assim, as tecnologias digitais assumem a missão de resolver todos os problemas, inclusive os educacionais, da sociedade atual. Mas, são as ações humanas que determinam de que forma as tecnologias digitais interferirão na educação a ponto de as tecnologias educacionais hoje representarem um lucrativo campo. O uso das tecnologias educacionais torna-se a cada dia mais comum, tornando-se imperceptível assim como a ideologia que a orienta (CARVALHO *et al*, 2019), seja libertária, neoliberal ou da nova economia. (SELWYN, 2016b).

No entanto, as escolas ou redes de ensinos precisam se adequar a este novo modelo organizacional da educação básica brasileira e para cada segmento da educação básica há uma orientação geral para o novo modelo. Para o Ensino Médio, e este é o segmento da educação que será nosso objeto de estudo, a BNCC propõe, conforme determinado a LDB uma organização curricular em quatro áreas de conhecimento (Linguagens e suas tecnologias; Matemática e suas tecnologias; Ciências da Natureza e suas tecnologias; e, Ciências Humanas e sociais aplicadas) cujas competências específicas devem ser desenvolvidas ao longo desta etapa e está vinculado a um conjunto de habilidades que representa as “aprendizagens essenciais” já previstas (BRASIL, 2019a, p. 32-33).

3. A BNCC para o Ensino Médio

É o Ensino Médio que “representa um gargalo na garantia do direito à Educação, é onde se observa a diminuição das possibilidades de avanço dos estudantes em uma vida

acadêmica e profissional. Então, “Para além da necessidade de universalizar o atendimento, tem-se mostrado crucial garantir a permanência e as aprendizagens dos estudantes, respondendo às suas demandas e aspirações presentes e futuras” (BRASIL, 2019a, p.461).

A “universalização do atendimento” pode levar a uniformização do conhecimento e sua massificação. Uma aula em vídeo, por exemplo, pode atender a um número muito maior de estudantes do que uma aula presencial, numa concepção comercial da educação. É grande o número de estudantes que será influenciado por esta atividade com acesso ao mesmo conteúdo, a partir de uma mesma prática e com a utilização da mesma linguagem, independente das origens, crenças ou desejos de conhecimento. Mas, com diferentes acessos à cultura e a educação, ou seja, oportunidades diferentes.

Considera-se uma educação na forma de atendimento, fazendo menção a um aprendiz cliente, que assume o papel de um consumidor de bens educacionais dentro de uma política mercadológica. Dentro deste papel, o estudante faz suas escolhas, principalmente quanto ao seu caminho de formação para o mundo do trabalho e suas demandas.

A escola, segundo o documento oficial, de acordo com as DCNEM de 2011, precisa ampliar a inclusão social das populações mais jovens especialmente ao permitir o acesso à ciência, à tecnologia, à cultura e ao trabalho atendendo a uma demanda de formação de mão-de-obra trabalhadora. Esta necessidade atende às rápidas transformações nas relações sociais em todo o mundo devido primordialmente ao desenvolvimento tecnológico (BRASIL, 2019a, p. 462). De acordo com esse posicionamento as mudanças/transformações só ocorrem por conta da tecnologia, que se desenvolve de forma autônoma, e não da humanidade que cria e manipula as tecnologias a partir de suas concepções e ideologias. (SELWYN, 2017)

Segundo o documento, “as transformações decorrentes do desenvolvimento tecnológico, impõem desafios ao Ensino Médio. Para atender às necessidades de formação geral, indispensáveis ao exercício da cidadania e à inserção no mundo do trabalho” (BRASIL, 2019a, p. 464). Nessa visão é a tecnologia que “provoca” as transformações que vivenciamos em nossos dias, mas não é o humano que interfere na sua história a partir de suas escolhas, em especial sobre como faz o uso das tecnologias. Destacamos que “atender às necessidades de formação geral” pretende atender ao mercado, numa lógica da produção e consumo de produtos, na qual estão incluídos conhecimentos e informações. (BALL, 2013; SELWYN, 2016b).

O estudante se transforma num “aprendiz ao longo da vida”, pois inicia suas escolhas para a sua formação ainda no ensino médio, com as quais pretende tornar-se flexível, inovador, criativo e adaptável a qualquer tarefa (BALL, 2013). Estas exigências são parte da necessidade dos indivíduos em participar da economia de competição vigente, em que cada um realiza o seu projeto por si mesmo, partindo de suas escolhas, principalmente com referências às questões do “mercado de trabalho”. Novas relações sociais se estabelecem entre os indivíduos com a sociedade e o mundo, onde há troca de dados baseada em tecnologias da comunicação.

No entanto, as escolhas estão de acordo com o contexto no qual o indivíduo está inserido e também das oportunidades de escolha lhe são oferecidas. São estabelecidas novas formas de relação com a educação, dentro da lógica mercantil, que é um processo de transferência social para aquele perfil que se deseja. Tais discrepâncias são não resolvidas, elas se perpetuam através das novas ações de políticas públicas para a educação.

Para o Ensino Médio, pretende-se garantir com a BNCC que haja “a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental” (BRASIL, 2019a, p.

465). Desta forma, é possível “construir aprendizagens sintonizadas com as necessidades, as possibilidades e os interesses do estudante e, também, com os desafios da sociedade contemporânea” (BRASIL, 2019a, p.465). Mas, há dúvidas sobre a igualdade de oportunidades para todos os estudantes, para que possam “alcançar seus objetivos, independentes de suas características pessoais, seus percursos e suas histórias” (BRASIL, 2019a, p.465). É possível que a viabilidade do projeto de vida dos estudantes e sua então condição de eterno aprendiz, estejam associados à necessidade de atender a uma lógica do mercado. (BALL, 2013)

É preciso destacar “a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos” (BRASIL, 2019a, p. 467) com a aproximação cada vez maior em diferentes áreas de conhecimento, com uma aproximação entre teoria e prática. Segundo a BNCC, os estudantes devem ser capazes de conscientizar-se quanto à necessidade de continuar aprendendo e aprimorando seus conhecimentos; e apropriar-se das linguagens das tecnologias digitais e tornar-se fluentes em sua utilização. (BRASIL, 2019a, p. 467).

As possibilidades ofertadas aos estudantes estão embasadas em duas grandes ideias: ser um aprendiz por toda vida (que aparece em destaque em outros trechos do documento) e na utilização, mas não explicitamente no desenvolvimento e criação, de novas tecnologias digitais, assim como do conhecimento e linguagem científico-tecnológicos. Mostra-se a necessidade de compreensão dessas linguagens, com a pretensão da popularização desses termos e de seus usos, com a intensão consumidora de produtos materiais e imateriais. (BALL, 2013).

Diante das “demandas de formação no Ensino Médio” se propõem uma organização curricular, mais flexível e diversificada. Porém, são muitas as incertezas trazidas por esta tentativa de reorganização curricular. Falta clareza nas discussões sobre como será a prática cotidiana na sala de aula, tanto para o novo currículo proposto pela BNCC quanto para os Itinerários Formativos (IF). Essa estrutura reafirma uma organização por área de conhecimento e traz propostas variadas de IF, em que seja possível o aprofundamento dos conhecimentos nas diferentes áreas, considerando também as formações técnicas e profissionais (itinerários formativos) sendo os detalhes de implementação de responsabilidade de cada escola, sistema ou rede.

Os IF devem orientar para o aprofundamento e a ampliação das aprendizagens em áreas de conhecimento de forma que garantam a “apropriação de procedimentos cognitivos” e o uso de metodologias que destaquem o “protagonismo juvenil” organizados nos eixos estruturantes: investigação científica; processos criativos; mediação e intervenção sociocultural; e, empreendedorismo (BRASIL, 2018c).

O planejamento e a implantação dos Itinerários (Resolução nº3/2018) deve considerar o contexto local e as possibilidades de oferta pelos sistemas de ensino sendo as limitações das estruturas e recursos das instituições que determinarão os IF oferecidos. No entanto podem ser estabelecidas parcerias entre diferentes instituições de ensino e prevê que o Ministério da Educação elabore um guia orientador para a implantação dos Itinerários Formativos nas instituições de ensino. É na escolha de seu IF, dentro de um universo que lhe é oferecido, que o estudante tem a possibilidade de “construir e desenvolver seus projetos de vida e se integrar de forma consciente e autônoma na vida cidadã e no mundo do trabalho” (BRASIL, 2019b, p. 478).

O “protagonismo juvenil”, produto desse processo de empreendedorismo pessoal e das escolhas de cada estudante, está atrelado a uma autoresponsabilização onde os indivíduos cultivam seus desejos em participar de uma sociedade organizada em linhas

meritocráticas (SELWYN, 2016b; BALL, 2013). Assim, os IF têm uma grande importância na formação dos novos cidadãos. Cada estudante terá sua própria trajetória acadêmica, com sua formação direcionada de acordo com seus desejos (BALL, 2013). Por isso, os IF precisam ser flexíveis e possibilitar várias opções de escolha, o que exigirá propostas metodológicas que favoreçam a participação engajada dos estudantes. Mas, num cenário escolar brasileiro com salas de aula ocupadas por estruturas físicas e humanas desgastadas, as propostas da BNCC e dos IF, exigem novas práticas e rotinas escolares. De forma mais específica, são para os IF que estarão direcionadas as maiores exigências sobre o “como fazer” e quais serão as práticas que atendam a esta nova reorganização.

Das formas de oferta e organização dos IF previstos na Resolução Nº 3/2018, destacam-se no Art. 17 que “podem ser realizadas na forma presencial – mediada ou não por tecnologia – ou a distância, inclusive mediante regime de parceria com instituições previamente credenciadas pelo sistema de ensino” (BRASIL, 2018a).

Já que está previsto o uso das tecnologias para a mediação do IF, na mesma resolução Nº3/2018, no Art. 16, propõe-se a definição “A tecnologia é conceituada como a transformação da ciência em força produtiva ou mediação do conhecimento científico e a produção, marcada, desde sua origem, pelas relações sociais que a levem a ser produzida” (BRASIL, 2018a). Quando se define a tecnologia, e o termo é utilizado de forma ampla no texto orientador, como a “transformação da ciência em força produtiva ou mediação do conhecimento científico” são mais uma vez desveladas as influências de ideologias de origem libertária, neoliberal e da “nova economia” que estão entrelaçadas e legitimam valores e interesses de grupos específicos (sejam econômicos, sociais ou educacionais) (SELWYN, 2016b). A tecnologia, dentro da definição oferecida, é produzida a partir das relações sociais que estão imersas em contextos marcados por relações econômicas (comerciais ou trabalhistas). Dentro desse cenário, parece claro que as tecnologias são produzidas e escolhidas pelo público (estudantes/professores) sem uma real liberdade (DUSEK, 2009).

É exaltada a produção, de bens materiais ou imateriais, baseada numa crença exagerada de que as tecnologias digitais podem contribuir para a correção técnica de tudo, inclusive da educação (SELWYN, 2016b). Assim, as tecnologias digitais assumem uma concepção de “ferramenta” onde “entra em jogo a ideia de que tais tecnologias promovem formas mais *eficientes* de conduzir ações previamente realizadas de outras maneiras. Com o uso de ferramentas, otimiza-se a realização de tarefas” (FERREIRA, 2018, p. 10). Mas, tais artefatos podem disfarçar problemas reais como a grande dificuldade dos estudantes em realizar leitura e cálculos considerados simples, por exemplo.

A possibilidade de 20% da carga horária do itinerário ser realizado através de suporte tecnológico, atendendo a modalidade à distância, pode representar o início da substituição parcial do trabalho docente, onde o professor tem uma atuação muito restrita associada a escolha de materiais e no gerenciamento da interação dos estudantes com os materiais escolhidos (BARRETO, 2019). Nas grandes redes de ensino, já há algum tempo, o professor não é mais o autor de seu material didático, suas provas e outras ações docentes. Estas mesmas amarras se reproduzem e se perpetuam usando os recursos tecnológicos em outros arranjos didáticos.

Logo, os estudantes precisam mesmo estarem conscientes de sua condição e necessidade de eterno aprendiz, para realizarem as melhores escolhas com relação a sua formação, para atender a uma lógica do mercado que se impõe. (BALL, 2013)

A partir do panorama geral apresentado, destaca-se o interesse pela etapa do Ensino Médio, com um olhar cuidadoso e bastante curioso sobre a implantação e ações metodológicas sobre os IF. A motivação para a pesquisa não está somente nas propostas de organização dos “objetos de conhecimento” dentro das “unidades temáticas, mas principalmente, nas indicações oficiais de como promover a prática docente diante das orientações da BNCC e dos IF.

4. Como trazer à vida os Itinerários Formativos: o que orientam as políticas públicas?

A BNCC não traz, de uma forma sistematizada, como fazer uso desses recursos digitais, em especial para os IF. Mesmo antes do início das discussões entre as secretarias estaduais de educação, as escolas e com os professores sobre os IF já foi instituído o Centro Nacional de Mídia em Educação (CNME). O Ministério da Educação e Cultura (MEC) e o Consed (Conselho Nacional de Secretarias de Educação) iniciou a implantação do Centro Nacional de Mídias da Educação (CNME), que “é uma proposta de ensino presencial mediado por tecnologia, cujo objetivo principal é a construção coletiva e democrática do conhecimento” (BRASIL, 2018b). É uma plataforma de produção e compartilhamento de materiais digitais, na maioria vídeos, com um apelo pela inovação formado por um consórcio entre o poder público, MEC, e instituições privadas, que por concepção ocupam-se do que Selwyn (2016a) chama de “capitalismo cognitivo”, descrito dentro de uma nova econômica, que pretende lucrar com a produção de bens imateriais como conhecimento, informação e comunicação. A participação pública diminui a cada passo, enquanto as grandes corporações assumem cada vez mais o protagonismo na gestão educacional do país, determinando as “demandas” a serem atendidas em cada setor da economia e perpetuando um ciclo de desigualdades. Mas, ainda assim um dos objetivos é o de “assegurar o protagonismo dos alunos, dos professores e das redes de ensino” (BRASIL, 2018a).

Na verdade, são os IF, parte diversificada do currículo para o ensino médio, que ainda representam uma incógnita pouco discutida pela comunidade escolar, que já têm uma resolução planejada, o CNME, que padroniza e controla os materiais que serão utilizados na formação dos estudantes orientando-os para as avaliações externas.

Pressupõe-se, no documento analisado, que todos os estudantes, de todas as regiões do Brasil, têm a mesma infraestrutura de acesso à *internet* e que mais professores serão contratados ou terão sua carga horária aumentada ou ainda, serão melhor remunerados por exemplo, o que possibilitaria iniciativas de igualdade de condições de educação. Mas, as realidades educacionais brasileiras estão muito distantes dessa premissa. Esta não é uma questão nova no cenário da educação brasileira, mas um centro de referência que dispõe materiais digitais (por enquanto vídeos) e aulas prontas que atendam perfeitamente aos IF determinados pela nova organização do Ensino Médio, pode ser cômodo e contribuir com a uniformização e controle da formação desses jovens. Uma única aula pode ser acompanhada por um grande número de estudantes em diferentes regiões, sem considerar as características locais.

O MEC anuncia o financiamento de todos os custos de infraestrutura para a implementação do CNME em todo o país, só não anuncia o aumento do número de professores na Educação Básica, o aumento do número de salas de aula ou a redução do número de estudante por professor. Esta é uma iniciativa para operacionalizar a reforma do

Ensino Médio e de mesma forma que esvazia o trabalho docente, seja pela substituição parcial ou total do seu trabalho docente.

No portal do MEC, o CNME é apresentado como um “instrumento de apoio na implementação da BNCC – Etapa Ensino Médio” onde o professor “tem autonomia para selecionar os conteúdos, conforme seu plano de aula. Mas, é a figura do mediador do estúdio, que não necessariamente é um professor, que assume a tarefa de direcionar o momento de ensino-aprendizagem e a interação professor-aluno. O professor em sala de aula será o gestor do tempo e da relação existente entre os estudantes e o mediador. Desta forma, nem o professor nem os estudantes são protagonistas de suas ações.

O tema escolhido para a implantação do CNME contempla conteúdos que englobam a tecnologia e o mundo do trabalho considerando as realidades locais. Com um discurso em prol do mercado de trabalho (relações econômicas e trabalhistas), as escolhas das “trajetórias profissionais” servem a um ciclo retroalimentado pela “aprendizagem ao longo da vida” onde a educação e as relações sociais são consumidas dentro da mesma lógica de mercado em que são exigidas cada vez mais habilidades, competências, repertórios e múltiplas autonomias (BALL, 2013; BIESTA, 2013).

Mas, esta tentativa de implantar uma política pública de educação a partir do CNME não teve a força que se pretendia. Não são disponibilizadas informações ou *posts* desde 2019. Por outro lado, desde 2018 definia-se a implantação da Plataforma MEC de Recursos Educacionais Digitais que reúne recursos digitais de diferentes portais de educação e de materiais de formação assumindo uma função de curadoria de recursos digitais, sendo mais atrativo do que o CNME. (BRASIL, 2018d)

5. Considerações Finais

Realizar a leitura crítica, procurando compreender os pressupostos e as concepções que estão relacionados a um documento orientador tão recente e em meio a um momento histórico tão conturbado, traz uma grande responsabilidade já que põe à luz algumas das inseguranças sobre a proposta desta política pública educacional.

Em muitos trechos dos documentos oficiais lidos destacaram-se deslocamentos e mudanças na linguagem que refletem no discurso valores e desejos de determinados grupos de interesse. Não se trata mais da ação docente, a prática do professor já está controlada a partir do início da utilização de uma “plataforma *on-line* colaborativa de aulas digitais” (BARRETO, 2019 p. 231). Num modelo de inovação, prática docente que seja rotineira tem sido substituída por mediações tecnológicas digitais.

No processo que antes era chamado de ensino-aprendizagem há um deslocamento, que talvez seja um desequilíbrio, a favor da aprendizagem. O indivíduo é agora um aprendiz que escolhe e consome todo tipo de conhecimento, que julga importante para a sua formação, atendendo às “demandas” mercadológicas. E, o “mercado educacional” demonstra que a educação tem sido transferida para o setor de serviços. Observa-se que a educação deixa de ser cidadã, com sentidos coletivos e democráticos, e se consolida para a formação de mão-de-obra e de consumidores. O cidadão crítico dá lugar àquele eficiente.

Todavia, as oportunidades não são, e não serão, as mesmas para todos os estudantes de ensino médio, seja do ensino regular ou do segmento da educação de jovens e adultos. As condições com poucos recursos quase são determinantes para uma formação geral precária,

que obriga os estudantes a assumirem escolhas que garantam sua sobrevivência econômica imediata.

Observa-se que o modelo educacional constituído dentro deste contexto revitaliza e reitera um ciclo de relações de poder, sociais e econômicas, que nunca deixou de existir. A escola diminui seu espaço de reflexão e questionamentos, sejam individuais ou coletivos. E, as concepções pedagógicas baseiam-se nas escolhas dos melhores pacotes de elementos tecnológicos a serem aplicados.

Ainda numa ação resistente, o grande desafio do professor deve ser promover, junto com os estudantes, formas democráticas para uma formação cidadã, com o auxílio dos recursos das tecnologias digitais. E, ainda planejar formas que equilibrem em suas práticas diárias o saber específico de sua área de atuação, o saber pedagógico, o saber tecnológico e, mais recentemente vem sendo discutido, o saber emocional.

6. Referências Bibliográficas

- BALL, Stephen. Aprendizagem ao longo da vida, subjetividade e a sociedade totalmente pedagogizada. **Educação**. V. 36, n. 2, p. 144 – 155, 2013.
- BARRETO, Raquel. G. Tecnologias na educação brasileira: de contexto em contexto. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**. V. 16, n. 43, p. 218 – 234, 2019.
- BARRETO, Raquel. G. **Discursos, tecnologias, educação**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.
- BIESTA, Gert. **Para além da aprendizagem: educação democrática para um futuro humano**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- BRASIL (MEC), PORTARIA Nº 1.204, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2018b. Institui o Centro Nacional de Mídias da Educação. Disponível em: <http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018111900148> Acesso em: 14/setembro/2019.
- BRASIL (MEC), PORTARIA Nº 1.432, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2018c. Estabelece os referenciais para elaboração dos itinerários formativos conforme preveem as Diretrizes Nacionais do Ensino Médio. Disponível em: <http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152019040500094> Acesso em 14 setembro 2019.
- BRASIL (MEC), PORTARIA Nº 451, DE 16 DE MAIO DE 2018d. Define critérios e procedimentos para a produção, recepção, avaliação e distribuição de recursos educacionais abertos ou gratuitos voltados para a educação básica em programas e plataformas oficiais do Ministério da Educação. Disponível em: http://educacaoconectada.mec.gov.br/images/pdf/portaria_451_16052018.pdf Acesso em 15/maio/2020.
- BRASIL (MEC) Base Nacional Comum Curricular, 2019a. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf Acesso em: 14 set. 2019
- BRASIL (MEC) Centro Nacional de Mídias da Educação (CNME), 2019b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/50371> Acesso em: 30/setembro/2019.
- BRASIL (MEC) Resolução CNE/CP Nº 2, de 20 DE dezembro de 2019. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=77781%E2%80%9D> Acesso em 05/março/2020.

CHARRET, Heloize. C. **Integração curricular nas reformas do Ensino Médio: estabilidade e mudança no embate entre as áreas de conhecimento e as disciplinas escolares**. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019.

DUSEK, Val. **Filosofia da tecnologia**. São Paulo: Loyola, 2009.

FERRAZ, Maria Cristina F. Sociedade tecnológica: de Prometeu a Fausto. **Rev. Contratempo**. V. 4, p. 117 – 124, 2000.

HEINSFELD, Bruna D.; SILVA, Maria P. R. N. As versões da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o papel das tecnologias digitais: conhecimento da técnica versus compreensão dos sentidos. **Currículo sem fronteiras**, v. 18, n. 2, p. 668-690, 2018.

SELWYN, Neil. Educação e tecnologia: questões críticas. In: FERREIRA, G. M. S.; ROSADO, A.;

SELWYN, Neil. **Educational technology as ideology**. In: SELWYN, N. *Distrusting Educational Technology*. Londres: Routledge, 2014. Edição para Kindle. Tradução para o português de Giselle M. S. Ferreira: “Tecnologia educacional como ideologia”, 2016b. Disponível em: <https://ticpe.files.wordpress.com/2016/12/neil_selwyn_distrusting_cap2_trad_pt_final.pdf> Acesso em: 12 set. 2019.

SOUZA, Alice. M. R. **Base Nacional Comum para quê/quem?: uma cartografia de conflitos discursivos na produção de um currículo oficial**. Tese (doutorado). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.